



**CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
LTDA**

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto, Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070.

CNPJ: 07.327.045/0001-14

Carta de Apresentação das Demonstrações Contábeis em 30 de Junho de 2022

Em consonância com as regras estabelecidas na Resolução BCB no 2/2020, a Corpore Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e as Empresas de Pequeno Porte Ltda, Instituição individual, está disponibilizando, por meio deste arquivo, as Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2022.

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Notas Explicativas.

Obs.: De acordo com a Resolução 3.198/04, devem ser auditadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor.

Demonstrações divulgadas em 29/08/2022 no site <http://www.corporeinvest.com.br/>

A Diretoria da **Corpore** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável



Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto
Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070
Tel.: (67) 3416-4600



Termo Declaratório

Eu, MARCELO SUSUMU TAKAHASHI FUZY, brasileiro, Casado sob Regime Comunhão Universal de Bens, administrador de empresas, portador do RG nº 395.512 SSP/MS e do CPF sob nº 475.627.491-91, residente e domiciliado à Rua Alameda das Hortências nº15, CEP 79826-290, na cidade de Dourados, mato Grosso do Sul assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Agosto de 2022

Marcelo Susumu Takahashi Fuziy
Diretor Responsável

Rua Camilo Ermelindo da Silva, nº 1270, Bairro Vila Planalto
Dourados, Mato Grosso do Sul, CEP 79.826-070
Tel.: (67) 3416-4600



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A Corpore Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte LTDA, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022. Pretendemos para o próximo semestre manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE FINDO EM JUNHO DE 2022 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Corpore Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda, constituída em 14 de abril de 2005, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras, o balanço patrimonial do período corrente está sendo comparado com o balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com as relativas aos mesmos períodos do exercício social anterior para os quais foram



apresentadas. A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em reais mil. A Corpore Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda, avaliou os eventos subsequentes até o dia 15 de agosto de 2022, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória à análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.



e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN (nota explicativa nº 5).

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração



Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º).

j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	2022	2021
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	36	10
Certificado de Depósito Bancário	36	10

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Abaixo a composição das operações de crédito.

	2022			2021		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	649	0	649	196	0	299
Títulos Descontados	322	0	322	104	0	104
Financiamentos	4	0	4	14	0	14
	975	0	975	314	0	314
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	-	5	2	-	2
	970	-	970	312	-	312

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

<u>Nível de risco</u>	<u>% de Provisionamento</u>	2022		2021	
		<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>	<u>Saldo</u>	<u>Provisão</u>
A	0,50%	975	2	313	2
B	1,00%	0	0	0	0

C	3,00%	0	0	01	0
D	10,00%	0	0	0	0
E	30,00%	0	0	0	0
F	50,00%	0	0	0	0
G	70,00%	0	0	0	0
H	100,00%	0	0	0	0
		975	2	314	2

6. OUTROS CRÉDITOS

O saldo de R\$ 292 mil de devedores diversos é composto da seguinte maneira.

	2022	2021
Outros Créditos	292	290
Impostos a Compensar	292	290
Devedores Diversos	0	0

7. IMOBILIZADO

O ativo permanente da instituição no valor de R\$ 94 mil é composto por Móveis e Equipamentos de uso com taxa de depreciação de 10% a.a. e Veículos com taxa de depreciação de 20% a.a.

	2022	2021
Imobilizado	94	110
Móveis e Equipamentos	274	274
Veículos	31	31
(-) Depreciações Acumuladas	211	195



8. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO

As obrigações por empréstimo) foram totalmente liquidadas no decorrer do Exercício de 2021.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	2022	2021
Outras Obrigações	193	12
Cobrança e Arrecadação de Tributos	11	2
Sociais e Estatutárias	0	0
Fiscais e Previdenciárias	174	1
Credores Diversos País	8	9

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no 1º semestre de 2022 era de R\$ 2.000.000,00.

Prejuízos Acumulados

Em 2022 a instituição detém prejuízo acumulado de R\$ 549.990,62

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

	Expresso em Reais	
DISCRIMINAÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
Contas de Resultado Credoras	857.878,05	331.312,49
Contas de Resultado Devedoras	-167.842,54	-409.787,62



Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	690.035,51	-78.475,13
(+) Adições	3.854,35	9.658,36
(-) Exclusões	-171,67	0
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	693.718,19	-68.816,77
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-68.816,77	0
Lucro Tributário Real	624.901,42	-68.816,77
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	144.225,35	0
Contribuição Social- 9%	56.241,13	0

12. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;



RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

13. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basiléia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada



nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 17,18% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de junho de 2022 em R\$ 1.450.009,38.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2022 foi autorizada pelos sócios da CORPORE SCM LTDA, em agosto de 2022.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 07.327.045/0001-14

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO				PASSIVO			
	NE	2022	2021			2022	2021
CIRCULANTE		1.549	612	CIRCULANTE		193	12
Disponibilidades		1	0	Obrigações por empréstimo	8	0	0
				Empréstimos no País - Outras Instituições		0	0
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	36	10				
Carteira Própria		36	10	Outras obrigações	9	193	12
Relações Interfinanceiras		250	0	Cobrança e arrec. de tributos		11	2
Depósitos no Banco Central		250	0	Sociais e estatutárias		0	0
Operações de crédito	5	970	312	Fiscais e previdenciárias		174	1
Operações de crédito		975	314	Diversas		8	9
(-) Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		-5	-2				
Outros créditos	6	292	290				
Diversos		292	290				
Outros valores e bens		0	0				
Despesas antecipadas		0	0				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	1.450	710
NÃO CIRCULANTE	7	94	110	Capital Social		2.000	1.750
Imobilizado		94	110	Capital		1750	1750
Outras Imobilizações de Uso		305	305	Aumento Capital		250	0
(-) Depreciações Acumuladas		-211	-195	Reserva de Lucros		0	0
				Lucros/Prejuízos acumulados		-550	-1040
TOTAL DO ATIVO		1.643	722	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		1.643	722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRE	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	786	140
Operações de crédito	749	140
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	5	0
Recuperaçã de créditos baixados como prejuízo	32	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-4	-12
Operações de empréstimos e repasses	0	0
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-4	-12
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	782	128
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-92	-123
Rendas de tarifas bancárias	72	31
Despesas de pessoal	-50	-55
Outras despesas administrativas	-79	-70
Despesas tributárias	-34	-10
Outras Receitas Operacionais	0	7
Outras despesas operacionais	-1	-24
Despesas Financeiras	0	-2
RESULTADO OPERACIONAL	690	5
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	690	5
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-200	-4
Provisão para imposto de renda	-144	-3
Provisão para contribuição social	-56	-1
Ativo Fiscal Diferido	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		
Apuração de Resultado		
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	490	1
Lucro por ação	0,2800	0,0006

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação – R\$)

DRA	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>490</u>	<u>1</u>
Outros Resultados Abrangentes	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>490</u>	<u>1</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE VALOR PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS	
		LEGAL	ESTATUTÁRIAS			2022	2021
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	1750	0	0	0	-1040	710	789
1 - AUMENTO DE CAPITAL	250	0	0	0	0	250	0
2 - LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	0	0	0	0	490	490	1
3 - DESTINAÇÕES:							
- RESERVAS LEGAL	0	0	0	0	0	0	0
- RESERVAS ESTATUTÁRIA	0	0	0	0	0	0	0
- DIVIDENDOS	0	0	0	0	0	0	0
4 - REVERSÕES DIVIDENDOS/JCP	0	0	0	0	0	0	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	2000	0	0	0	-550	1450	790
MUTAÇÕES DO PERÍODO	250	0	0	0	490	740	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CORPORE SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 07.327.045/0001-14

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022 E 2021 (em reais mil)

	2022	2021
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
1.1 Lucro/Prejuízo do período	490	1
1.2 Ajustes por Depreciação	16	17
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3	-21
2. Variação de Ativos e Obrigações	-508	397
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	-26	-14
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-661	410
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-2	-1
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	182	4
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	0
2.7 Aumento (Redução) Diversos	-1	-2
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	1	394
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0	0
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	0	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	-395
5.1 Empréstimos País	0	-395
5.2 Dividendos pagos	0	0
5.3 Capital Social	0	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	1	-1
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	0	1
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1	0
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		